

A CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

Maria Auxiliadora Bezerra*

Resumo

O léxico desperta o interesse dos estudiosos desde a Antiguidade, visto que nele se cruzam informações fonético-fonológicas, morfossintáticas, semântico-pragmáticas, sócio-históricas, culturais e outras. Assim sendo, nosso objetivo é fazer um levantamento (não-exaustivo) sobre a constituição do objeto de estudo ‘léxico’, como parte da história das ideias linguísticas. É um estudo bibliográfico, pautado em três grandes eixos: 1) “palavra-sinal” (a palavra como sinal de outra coisa, a tentativa de entender-se a relação entre palavra, ideias e coisas); 2) “palavra-forma” (a palavra estudada em seus aspectos fonéticos e morfológicos, com fins comparativos, para se estabelecer a história das línguas); e 3) “palavra-relação” (a palavra analisada em relação a outras, formando sub-conjuntos, os quais constituem o sistema linguístico; e a palavra em relação aos usos sociais da língua e seus aspectos sócio-históricos).

Palavras-chave: Léxico; signos; formas; relações.

Abstract

The lexicon of a language has called researchers’ attention, due to the fact that, in the lexicon, phonetic-phonological, as well as morphosyntactic, semantic-pragmatic, socio-historical, cultural and other types of information are crossed. Thus, the objective of this paper is to carry out an investigation of lexicon formation as a part of the history of linguistic ideas. This is a bibliographic study based on three lines: 1) word as “representation” (the word representing something, as an attempt to understand the relationship between word, ideas and things); 2) word as “form” (the word being studied in its phonetic and morphological aspects, as an attempt to make comparisons to establish the history of languages); and 3) word as “relation” (the word being analyzed in relation to other words, forming sub-groups that form the linguistic systems, as well as the word in relation to social uses of language and its socio-historical aspects).

Keywords: Lexicon; signs; forms; relations.

Introdução

Muitos são os estudos e pesquisas que se dedicam ao léxico, desde a Antiguidade, partindo de pontos de vista variados – filosófico, gramatical, filológico, linguístico, cognitivo, discursivo, entre outros – com o objetivo de depreender-lhe a natureza, etimologia, forma, usos, funções, significados, efeitos de sentido... Isso, porque o léxico, conforme Lorente (1998), está situado em uma interseção linguística, onde se cruzam informações provenientes de caminhos diversos (que, ao longo do tempo, foram se constituindo áreas específicas do saber): dos sons/fonemas (fonética e fonologia), dos significados (semântica), dos morfemas (morfologia), do arranjo sintagmático (sintaxe), do uso linguístico e das situações comunicativas (pragmática), dos efeitos de sentido (análise de discurso) e tantos outros caminhos. Essa variedade

* Doutora em Linguística – UFCG - cidabezerra@uol.com.br

demonstra filiações teóricas, filosóficas e ideológicas diversas e indica que fazer um percurso dos estudos lexicais exige, necessariamente, um recorte, que inclui silêncios e esquecimentos.

Nesse contexto, este artigo se propõe fazer um levantamento sobre a constituição do objeto de estudo ‘léxico’, como parte da história das ideias linguísticas, que se foram constituindo ao longo dos séculos. Por ideia linguística entendemos, conforme Auroux (1989), os saberes construídos sobre uma língua, em um certo espaço de tempo, como produto tanto de uma reflexão metalinguística, quanto de uma atividade metalinguística não explícita. Este texto inclui contribuições teóricas clássicas, medievais, modernas e contemporâneas, advindas de consultas a documentos variados. Sabendo-se que nem sempre esses documentos são contemporâneos ao pesquisador, duas dificuldades se lhe apresentam (FÁVERO e MOLINA, 2004, p.143):

- a) a distância espaço-temporal entre o cenário onde viveram os autores cujas obras são o objeto de estudo e o contexto em que o pesquisador produziu a investigação;
- b) a seleção e interpretação dos dados – o pesquisador não pode se esquecer de que nem sempre é possível encontrar as obras.

Essas dificuldades podem favorecer interpretações variadas e lacunas, mas certamente propiciam a certeza de que o trabalho é árduo e os caminhos tortuosos.

A organização deste texto pautou-se em três grandes eixos dos estudos lexicais. O primeiro corresponde à “palavra-signo”: a palavra como sinal de outra coisa, a tentativa de entender-se a relação entre palavra, ideias e coisas; por isso a presença de incursões (rápidas, respeitando os limites deste capítulo) em estudos de filosofia e de gramática (principalmente os que relacionam gramática e lógica). O segundo remete à “palavra-forma”: a palavra estudada em seus aspectos fonéticos e morfológicos, com fins comparativos, para se estabelecer a história das línguas. E o terceiro eixo refere-se à “palavra-relação”, vista sob dois ângulos: no primeiro, a palavra é analisada em relação a outras, formando sub-conjuntos, que se ligam a outros por meio de relações diversas, formando o sistema linguístico; e no segundo, a palavra em relação aos usos sociais da língua e seus aspectos sócio-históricos.

No Princípio, a Palavra, as Ideias e as Coisas: a “Palavra-signo”

Os primeiros estudos (entre os conhecidos pelo mundo ocidental) considerados como linguísticos, vistos seu rigor e descrição sistemática, podem ser os realizados por Pānini (s. IV a.C.), na Índia. As reflexões sobre a língua sânscrita levadas a efeito, por esse estudioso, partem da palavra como forma, distinguindo as palavras “verdadeiras” das “fictícias” (*mots “vrais” et mots “fictifs”*) (REY, 1980, p.6), o que corresponderia, aproximando-as dos estudos atuais, às unidades lexicais e aos morfemas, respectivamente. Embora não tenha se dedicado exclusivamente à relação palavra-conceito, Pānini deixou algumas reflexões a esse respeito, pois seu objetivo de estudo era distinguir as palavras dos elementos não-lexicais, as palavras simples das compostas, a palavra como forma da palavra como portadora de sentido. Com isso ele contribuiu com a distinção entre forma e conteúdo, com a língua-objeto e a metalíngua, preocupando-se em classificar as unidades linguísticas.

Na Grécia antiga, diferentemente da Índia, as primeiras reflexões partem da palavra como instrumento conceitual (Aristóteles) ou como reflexo possível do mundo das ideias (Platão). Assim, construiu-se uma teoria do nome, instrumento para pensar as coisas.

Aristóteles procurou relacionar as partes do discurso aos conceitos, defendendo a ideia de que o nome é um som vocal que possui uma significação convencional, por isso ele considerava apenas o que podia ser analisado em termos de conteúdo, não reconhecendo a possibilidade de que elementos menores de uma palavra apresentassem significação, se tomados separadamente (ROBINS, 1979; REY, op.cit.). Em outras palavras, Aristóteles propôs como fundamental a significação, rejeitando a ideia de que elementos morfológicos tivessem existência própria como parte integrante do léxico. Percebemos aqui fundamentos da semântica, principalmente quando Aristóteles propõe que, para saber-se se um termo tem um ou vários sentidos, deve-se examinar se seu contrário apresenta mais de uma significação, em caso afirmativo, o primeiro termo terá vários sentidos.

Platão, por sua vez, propunha como essencial a relação entre palavras e coisas. Algumas de suas reflexões sobre a linguagem encontram-se na obra *O Crátilo* (diálogo entre esse filósofo, Hermógenes e Sócrates), onde se discute a natureza da linguagem: a relação entre palavra e coisa é natural ou convencional? Platão parece defender a posição de que a língua é imposta aos homens por uma necessidade da natureza. Explicando os elementos que compõem os seres, ele afirma que o primeiro é o nome, o segundo elemento é a definição, o terceiro é a imagem e o quarto é a ciência (isto é, estar ciente de, conhecer). Todos esses elementos exprimem tanto a “qualidade” quanto o “ser” de cada coisa, por meio das palavras, que ele considera como instrumento frágil para assumir tal função, visto que nenhuma palavra tem valor significativo fixo. Ou seja, nada impede que chamemos A de B ou vice-versa (PLATÃO, *Œuvres Complètes*, apud REY, 1980, p.11).

Outro filósofo que considerou a palavra como um reflexo natural e necessário do mundo das ideias foi Plotino (neoplatoniano), para quem a linguagem, analisável em elementos lexicais, é a “tradução” imperfeita do Uno¹ (unidade do Verbo Divino), por intermédio da linguagem interior do ser humano. Para Plotino, a linguagem funciona e pode transcrever as realidades espirituais porque é descontínua e feita de palavras. Sendo o pensamento indivisível e não podendo ser expresso, ele nos escapa, mas a linguagem, que se fragmenta em palavras, desenvolve-o e reflete-o. O estudo etimológico, proposto por esse filósofo, também contribuiu para a análise do léxico: esse estudo, entendido como a procura do sentido primitivo ou “verdadeiro”, supõe uma teoria do sentido “natural”, que se deveria buscar (proposta adequada ao princípio de que a relação entre palavra e ideias é natural, não convencional).

Nesse sentido, os estudos filosóficos, pelo menos no Ocidente, demonstram uma atitude lexicológica, visto que foi uma preocupação constante a relação da palavra com as coisas e o pensamento.

O estudo lexical toma outro encaminhamento, quando os gramáticos romanos – sobretudo Varrão – abordam a palavra em oposição linguística: de um lado, a irregularidade (a chamada anomalia, as relações inexplicáveis que as formas lexicais mantêm entre si e entre elas mesmas e os significados) e de outro a regularidade (a chamada analogia, as regras da gramática, que explicam, por exemplo, a derivação, os paradigmas). Abordando o vocabulário, esse gramático propôs dois planos distintos de estudo: a etimologia histórica e a formação sincrônica por meio da derivação e flexão.

A etimologia histórica refere-se ao estudo da formação de palavras, partindo de suas origens, sobretudo do grego. As explicações etimológicas dadas por Varrão em seus escritos foram, posteriormente, identificadas como indevidas, assim como foi

¹ Ser transcendente, pois está acima e fora de todos os demais seres, e imanente, pois todos dependem dele em sua existência e em suas atividades.

também observado seu desconhecimento da história linguística, no que se refere ao grego (ROBINS, 1979, p.38).

A derivação é de natureza facultativa, menos ordenada e dá à linguagem muito de sua flexibilidade. O uso e a aceitabilidade de formas derivadas variam de pessoa para pessoa e em decorrência da forma primitiva. A flexão propõe a fixação e generalidade (uma das suas marcas características), ou seja, os paradigmas flexionais quase não apresentam omissões e são, em geral, os mesmos para todos os falantes do mesmo dialeto, ou da norma considerada padrão (ROBINS, op.cit., p.39).

O trabalho marcante dos estudiosos latinos em prol da constituição da gramática fez com que o estudo do léxico se realizasse de forma indireta, já que, procurando estabelecer as classes e categorias gramaticais da língua latina, os gramáticos tinham como objeto de estudo as palavras. Assim, a ênfase no estudo do léxico recaiu sobre sua classificação e formação, em um estudo prioritariamente morfológico.

Um fato histórico que teve repercussões nos estudos da língua, provocando-lhes reorientações, foi a divisão do Império Romano em ocidental e oriental (fins do século IV), como consequência de um século de tumultos e pressões dos povos submetidos ao governo romano. Conforme Robins (1979, p.43), tendo Roma deixado de ser a capital administrativa do Império e o governo tendo sido, posteriormente, transferido para a cidade construída no local onde era Bizâncio, mais tarde chamada Constantinopla, isso resultou, em linhas gerais, uma configuração que punha do lado oriental a região helenizada que, mesmo tendo sido dominada pelos romanos, não deixou de preservar a língua e a cultura gregas, e do lado ocidental as províncias ditas bárbaras em que prevaleceram a política e a cultura de Roma. Nesse contexto, os estudos se voltaram para o passado, para a linguagem da literatura clássica, sendo a gramática a base para os estudos literários. Prevalencia a produção de comentários e dicionários sobre essa literatura. Não havia muito interesse pelas alterações que ocorriam tanto no latim falado quanto no uso escrito não-literário.

Após a queda do Império Romano, no período que se convencionou chamar Idade Média, e com o surgimento das línguas vernáculas nas várias nações que constituíram esse Império no passado, ampliou-se o esforço para conservar o latim “puro” como língua universal da cultura “superior” àquelas vernáculas (CAMARA JR, 1979). Daí o destaque, nessa época, da imposição do “certo” e “errado” (atitude claramente político-ideológica da cultura hegemônica sobre as estigmatizadas) e um relativo abandono dos estudos lexicais.

No entanto o interesse da Igreja (grupo de forte poder político) em difundir a doutrina cristã entre os povos que falavam as línguas vernáculas propiciou seu estudo, havendo, como consequência, uma preocupação com o léxico na confecção de glossários e dicionários bilíngues, embora essa prática de elaborar glossários já tivesse vindo desde a Antiguidade².

Os estudos do léxico têm maior impulso a partir do século XVI (nos períodos conhecidos por Renascimento e Modernismo), seguindo três vertentes: de um lado, os dicionários e glossários; de outro, as relações entre palavras, ideias e coisas, numa perspectiva filosófica, fundamentada em parte nas ideias de Aristóteles, e por último o estudo das palavras, considerando seus elementos conceituais, funcionais, morfossintáticos, históricos e sócio-culturais.

O interesse pela elaboração de glossários e dicionários já não é mais a doutrinação religiosa, mas uma preocupação linguística: registrar o uso de algumas

² Listas de sinais gráficos (na China), listas lexicais na Índia (de cunho religioso), listas de palavras de várias línguas em comunicação (entre os Sumérios), listas bilíngues resultantes das transações comerciais entre povos ocidentais e orientais são alguns exemplos da atividade de confecção de glossários.

línguas em extinção e facilitar a aprendizagem de línguas estrangeiras. Daí, inicialmente, os dicionários serem bilíngues. Os dicionários monolíngues (ênfatisados no século XVII) tinham interesse explícito na conservação e imposição da variedade de língua dita “cultura” (CAMARA Jr, 1979). São claros os objetivos de preservar o tesouro do passado e fazer prevalecer o “bom” uso linguístico, como pode ser visto no prefácio do Dicionário da Academia Francesa, publicado em 1694:

Le Dictionnaire de l’Academie ne sera pas moins utile tant à l’esgard des Etrangers qui aiment nostre Langue, qui à l’esgard des François memes qui sont quelquefois en peine de la veritable signification des mots, ou qui n’en connoissent pas **le bel usage** (grifo nosso), et qui seront bien aise d’y **trouver des esclaircissements à leurs doutes**³ (grifo nosso).

Os dicionários seguem regras convencionais para organizar seus verbetes, incluindo formas de entrada, definições, abonações, informações gramaticais e outras.

A outra vertente dos estudos do léxico (entre os séculos VVII e XVIII), citada acima, compreende as gramáticas gerais e os filósofos que se dedicaram ao estudo das palavras e sua relação no discurso (uso da língua) (REY, 1980).

As gramáticas gerais que, seguindo os modelos do passado, pretendiam alicerçar-se numa base puramente lógica, comumente não se preocupavam com a estrutura própria de cada língua, mas com as ideias concebidas pela lógica aristotélica sobre a essência da linguagem. Daí serem gerais e racionais. Dentre elas, a que teve mais destaque foi a *Grammaire de Port-Royal* (s.XVII), que define as classes de palavras, segundo a relação palavra e pensamento: as palavras são sons distintos e articulados que os homens transformaram em signos para marcar o que se passa em seu espírito. Como o que ocorre no espírito se reduz a conceber, julgar, raciocinar e ordenar, as palavras servem para marcar todas essas operações.

Por isso foram criados os nomes (para significar as coisas e as maneiras das coisas – que são os objetos de nossos pensamentos), os pronomes (para substituir os nomes, evitando a sua repetição) e os verbos (palavra que significa a afirmação com designação da pessoa, do número e do tempo – é o caso do verbo “ser” – ou palavra que designa a afirmação de algum atributo com designação da pessoa, do número e do tempo) (MALMBERG, 1971; ROBINS, 1979; REY, 1980).

Locke (1729), considerando as palavras, o pensamento e a comunicação, afirmava que as palavras, no plano psicológico (no discurso individual), remetem a conteúdos variáveis, às vezes quase nulos, dependendo das ideias que cada ser humano tem no espírito e que quer exprimir com essas palavras. Ou seja, os significados das palavras têm relação direta com as experiências do sujeito com o mundo (empirismo). No plano linguístico, por outro lado, as palavras devem ser estáveis para que ocorra a comunicação entre os seres humanos: os homens supõem que as palavras que utilizam são sinais das ideias que se encontram no pensamento do outro com quem se comunica. Pois se assim não fosse, eles não chegariam a se entender, visto que cada palavra estaria remetendo para objetos diferentes (LOCKE, 1729).

Descartes (apud ADAM e TANNERY, 1897) fez algumas reflexões sobre o léxico, apontando para a arbitrariedade das palavras, já referida desde Aristóteles, e para seu caráter social, apesar de seu uso individual variado. Refletindo sobre o primeiro ponto, esse filósofo afirmou que sons vocais emitidos como reação a estados emotivos

³ “O Dicionário da Academia será útil tanto para os Estrangeiros que amam nossa Língua, quanto para os próprios Franceses, que às vezes têm dificuldade de saber a verdadeira significação das palavras, ou que não conhecem o seu belo uso e que ficarão satisfeitos de encontrar esclarecimentos para suas dúvidas.”

(as onomatopeias) são universais, semelhantes em todas as línguas, já os nomes que se atribuem às coisas variam, não havendo nada que obrigue a ser de um jeito ou de outro. Em relação a seu caráter social, o autor observou que a aquisição da linguagem não ocorre se as crianças forem criadas isoladamente, sem a experiência social. Portanto, para Descartes, as palavras não têm relação intrínseca com as coisas e, por isso, devem ser aprendidas pelos falantes em seus grupos sociais.

Condillac, influenciado pelo empirismo de Locke, concebeu a palavra como meio de analisar o pensamento, visto que as ideias, que compõem um pensamento, estão nele de forma simultânea, mas quando passam para o discurso se apresentam de forma sucessiva (ideia encontrada em Saussure, quando descreve a linearidade do significante, em sua teoria do signo), pois se materializam em palavras. Afirmou também terem as línguas origem psicológica universal. Se, em todos, o sistema de ideias tem os mesmos fundamentos, é preciso que o sistema das línguas seja igualmente o mesmo para todos, diferenciando-se, no entanto, na escolha das palavras para referirem as ideias ou para marcar as mesmas relações (REY, 1980). Além disso, ele atribuiu às línguas as características de analisarem seu conteúdo, classificando-o, (aspecto taxionômico, peculiar à lexicologia) e de produzirem discurso combinando seus elementos de inúmeras maneiras (aspecto de produtividade, que é encontrado nas ideias de Chomsky, no século XX).

Por fim, a terceira vertente, que se voltou para o estudo propriamente linguístico das palavras, buscou analisá-las em seus aspectos prosódicos, morfossintáticos, semânticos, históricos (que são subordinados ao estudo semântico). Trata-se da lexicologia propriamente dita (lexicologia clássica), com estudos que se voltaram para o sentido próprio e figurado das palavras, figuras e tropos (DU MARSAIS, 1775), partindo-se da ideia de que os signos (palavras) evoluem do nome próprio (que designa), ao nome comum (que significa uma ideia), depois da ideia da coisa para a de um elemento da coisa (sinédoque), ou para a de uma coisa que está ligada à primeira por uma relação de contiguidade (metonímia) ou essencial (metáfora, catacrese) (DOUCHET e BEAUZÉE, no verbete *Grammaire* da *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert).

Em seguida, a Palavra e sua Natureza Fonética e Morfológica: a “Palavra-forma”

É do conhecimento de todos que se dedicam ao estudo da língua que, no século XIX, a ênfase das pesquisas linguísticas se centrou na comparação e história das línguas indo-europeias e que o acesso aos escritos de Pânini, sobre o sânscrito (abordado rapidamente neste artigo) deu uma contribuição decisiva para a linguística comparativa e histórica⁴. Nesses estudos, as palavras são abordadas em sua forma fonética e morfológica, com o intuito de, comparando-as, reconstituírem indutivamente as famílias das línguas, em busca de uma provável língua-mãe (o indo-europeu).

Levando em conta a frequência dos contatos entre os diferentes povos, o que favorece os múltiplos empréstimos de palavras, os comparatistas, em grande parte de origem alemã, reconheceram que, para a construção da história das línguas, basear-se na correspondência gramatical é mais seguro do que no léxico, visto que raramente, ou nunca, as línguas tomam emprestado (ou emprestam) suas características fonéticas e morfológicas. Rask (dinamarquês), Humboldt, Bopp, os irmãos Grimm, Schleicher

⁴ Antes do século XIX, muitos trabalhos sobre história e comparação linguísticas foram realizados (Dante, com *De Vulgari Eloquentia*, J.J. Scaliger, com seus estudos sobre famílias de línguas e outros), mas é nesse século XIX que se desenvolveram conceitos teóricos e metodológicos mais precisos e sistemáticos e que a maioria dos estudiosos se dedicou aos estudos histórico-comparativos.

(alemães), entre outros, realizaram seus estudos comparativos observando os sons, os sufixos, as flexões das palavras e, assim, foram reconstituindo os fios que tecem as línguas e suas interrelações, chegando a propor os grupos linguísticos que conhecemos como contribuição dos estudos histórico-comparatistas (o das línguas latinas, o das línguas eslavas, das línguas germânicas e outros).

A abordagem do léxico, propriamente dita, nos estudos históricos, pode ser verificada na lexicografia (estudo do dicionário e sua elaboração), principalmente no dicionário francês de Émile Littré que, atendendo a uma postura purista e normativa em relação à língua (comum na Europa e, sobretudo, na França), tentou basear o “bom uso da língua” em estudos sobre usos antigos. Ou seja, para atender às necessidades pedagógicas do público em geral, Littré construiu um conceito de “uso contemporâneo”, apoiado nos estudos históricos. Para ele, as palavras se fundamentavam em sua evolução formal e semântica. Apesar desta visão contraditória (uso contemporâneo baseado nos usos antigos), esse dicionário teve grande importância na lexicografia em geral.

A obra de Arsène Darmesteter, *La vie des mots*, também contribuiu com os estudos lexicais no século XIX. Após ter estudado as palavras do ponto de vista fonético, esse autor dedicou-se ao estudo morfológico (seus processos de formação), às mudanças de significado que ocorrem com elas e a seu processo de arcaização. Influenciado pela História natural, Darmesteter conduziu seu estudo, apresentando nascimento, vida e morte das palavras.

Bréal, em seus estudos semânticos, abordou também as palavras isoladas, como Darmesteter, tradição que durou até o século XX, e restringiu a lexicologia ao estudo de um “vasto catálogo” (lista de palavras). Procurou verificar a evolução dos valores lexicais, mas se contrapondo à concepção biológica para o estudo das palavras. Seu grande mérito se encontra no fato de ter feito o estudo das palavras mostrando a importância do seu contexto extralinguístico.

Hoje, a Palavra e suas Relações: a “Palavra-relação”

Mesmo que as unidades lexicais tenham sido objeto de estudo desde tempos mais remotos, é no século vinte e neste atual que abordagens variadas se realizaram. No entanto elas parecem constituir, de modo geral, dois blocos: o estudo das relações (paradigmáticas) entre unidades lexicais agrupadas em função de critérios de ordem semântico-formal; e o estudo das relações (sintagmáticas) entre unidades em um texto.

Segundo Delesalle (1976, p.5), o primeiro bloco de estudos é determinado pelo surgimento de uma esfera de atividade que impõe uma nova organização de um domínio lexical (por exemplo, o estudo dos campos lexicais). O segundo estuda as palavras em relação ao enunciado, sob duas perspectivas: as palavras selecionadas são tomadas em relação ao texto, tratando-se então de um trabalho sobre performances discursivas, podendo incluir elementos enunciativos e sociolinguísticos; ou as palavras são tomadas em textos para serem estudadas em relação às práticas sociais, ideológicas, técnicas, científicas, etc., centrando-se então no extralinguístico.

O que se pode perceber é que o objeto de estudo, nos dois blocos, não está bem definido: o estudo das palavras em um texto pode, por um lado, tender para a análise dos enunciados (e dos fenômenos de enunciação), para a análise do discurso; e, por outro, para o estudo da organização dos termos em um domínio, ou esfera comunicativa, particular.

A abordagem das palavras em relação às outras tem origem na visão saussuriana de língua como um sistema cujas partes são consideradas em sua solidariedade

sincrônica (*un système où tout se tient*). Saussure ([1916] 1976, p. 185), ao afirmar que a gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão, revê a posição de que “gramática” se refere à sintaxe e morfologia, excluindo-se a lexicologia, que se ocupa do estudo das palavras. Afirmando que as funções que as palavras exercem e as formas que elas assumem (flexões e declinações) resultam de uma interrelação (uma declinação, por exemplo, não é uma lista de formas nem uma série de abstrações lógicas, mas o conjunto das duas), não se pode separar morfologia de sintaxe. Além disso, considerando que essas relações tanto podem ser expressas por meio de palavras quanto por meio de elementos gramaticais (por exemplo, “muito forte” e “fortíssimo”), o fato lexicológico se confunde com o sintático. Logo, essas divisões (morfologia, sintaxe, lexicologia) podem ter uma utilidade prática, mas não correspondem a distinções naturais (SAUSSURE, op.cit., p.187). Segundo ele, uma classificação possível para o sistema gramatical se fundamenta nas relações sintagmáticas e associativas (dicotomia sintagma e paradigma). Assim, qualquer elemento linguístico a ser estudado sê-lo-ia sob esses dois pontos de vista. A noção de palavra, nessa perspectiva, oferece dois problemas distintos: no eixo sintagmático pode remeter a duas formas (por exemplo, “mesas pretas” [mezas pretas] o fone [s]; e “mesas azuis” [mezaz azujs] o fone [z]) e, no eixo paradigmático, a duas noções (singular “mesa” e plural “mesas”) (trata-se, então, de uma só palavra ou de duas?). As realizações fonéticas estariam no plano sintagmático e a flexão, no plano associativo, pois remete para uma associação de formas no espírito dos falantes.

Com essa posição teórica, Saussure reintegra a lexicologia ao estudo do sistema funcional da língua e demonstra que a significação não está na unidade palavra, mas nas suas relações.

Essas contribuições saussurianas influenciaram o estudo do léxico do ponto de vista estrutural, favorecendo uma intensa produção de textos que procuravam explicar como as palavras se articulam, de acordo com as regras da língua. Passou-se a considerar que o sistema lexical é formado por um conjunto de unidades significativas que se interligam, que se delimitam reciprocamente e que estabelecem seu valor de acordo com a posição que ocupam nesse conjunto, que foi chamado de “campo”, teoria proposta por Trier (1931, apud DUBOIS, 1962), baseando-se na noção de sistema (Saussure) e de articulação (Humboldt). Para Trier (1931, apud VILELA, 1979), as palavras de uma língua constituem uma globalidade articulada, uma estrutura composta de domínios parciais (campos), que se subordinam ao todo (o léxico total de uma língua). Com enfoques idênticos ou diferentes, os estudos sobre “campos” progrediram até a década de 80 do século XX, aproximadamente.

Com base nas relações sintagmáticas e paradigmáticas, Bally (1950) propõe as categorias lexicais: as classes de signos (semantemas), que exprimem as ideias destinadas a combinar-se no discurso por meio de ligações gramaticais; e os campos associativos – conjunto de palavras que se relacionam do ponto de vista semântico.

Coseriu (1964) denominou o campo de conceitual, defendendo a ideia de que todo conjunto de palavras relacionadas entre si tem um conteúdo (um valor) unitário, subdividido por oposições entre os termos (palavras) em um mesmo campo, para estabelecer os traços distintivos que os caracterizam. Ou seja, as palavras se unem em um campo conceitual, por meio de um determinado traço comum, embora conservem traços diferentes que as distinguem entre si.

Guiraud (1967) classificou os campos como sendo morfossemânticos, agrupando uma dada palavra e todos os seus derivados e compostos (inclusive os derivados semânticos, isto é, os sinônimos), vistos em sua expressão e conteúdo, por isso “morfossemânticos”.

Dubois (1962) chamou de campo lexical, descrevendo-o como um conjunto estruturado de unidades significativas – palavras – consideradas em seus aspectos semânticos e morfológicos, pois, para esse autor, o campo lexical não separa o valor de uso (ou o conteúdo) da expressão, nem isola o significado do significante.

Picoche (1977) denominou de campos léxico-semânticos: lexical, porque só considera as palavras que fazem parte de séries abertas da língua; semântico, porque as considera em sua relação significante/significado.

Além desses, muitos outros estudos foram realizados e o que podemos observar é que a diversidade de abordagens sobre campos constitui, grosso modo, dois grupos: um que parte do significante para o significado (um significante em busca de seu ou seus significados, ou um conjunto de significantes remontando a um mesmo étimo, ou um conjunto de significantes formados pela junção de afixos a um mesmo lexema); e outro grupo que parte do significado em busca do significante (um conjunto de palavras frequentemente associadas a um mesmo assunto, ou um conjunto de palavras cujos significados têm traços próximos, ou um conjunto de palavras em mesma distribuição). Ao primeiro grupo, podemos chamar de estudos semasiológicos e ao segundo, estudos onomasiológicos, conforme os termos semasiologia e onomasiologia propostos por Baldinger (apud PICOCHÉ, 1979). Assim, vemos que os estudos de Bally, Coseriu e Dubois são predominantemente onomasiológicos e os de Guiraud e Picoche, semasiológicos.

Quanto aos estudos das relações (sintagmáticas) entre unidades em um texto (mencionados no primeiro parágrafo deste subitem), remetendo, assim, aos usos efetivos da língua, vemos que a concepção de que a palavra representa o pensamento ou as coisas é posta em dúvida pelas tendências teóricas que impulsionam os estudos linguísticos. Predominantes a partir da segunda metade do século XX, essas tendências consideram a língua e seus usuários em relação dialética. Nesse sentido, defende-se a ideia de que as teorias não se desenvolvem no interior de uma autonomia intelectual, mas são ancoradas na história e na organização da sociedade. Assim, não é possível analisar o léxico fora de sua enunciação, nem desconsiderando a dimensão transfrástica dos enunciados.

Vamos observar, então, que teorias enunciativas, teorias discursivas e teorias pragmáticas, embora não incluam o léxico como objeto principal de seus estudos, exploram-no, indiretamente.

As teorias enunciativas abordam as palavras como marcas linguísticas que explicitam a relação forma-sentido; esse último proveniente de uma produção social (BAKHTIN/VOLOCHINOV, [1929] 1986); como marcas linguísticas que indicam a subjetividade dos locutores, as formas espaço-temporais da enunciação (BENVENISTE, 1978); e como marcas linguísticas que exprimem a atitude do locutor em relação ao conteúdo do enunciado, ou seja, as modalidades. Kerbrat-Orecchioni (1980), estudando as modalidades apreciativas (aquelas que permitem ao locutor exprimir sua subjetividade de maneira não-dêitica), analisa como determinados nomes, adjetivos, verbos e advérbios expressam apreciação enquanto outros são marcados pela objetividade (por exemplo, “alegre”, “desinteressado” e “divorciado”, “preto”, respectivamente).

As teorias discursivas, aqui incluindo a linguística textual e a análise de discurso, abordam texto e discurso, respectivamente, como unidades de estudo. A linguística textual lança mão do léxico como unidades linguísticas que podem garantir a coesão textual, funcionar como operadores argumentativos, como morfemas de ligação entre as frases (HALLIDAY & HASAN, 1976). Já a análise de discurso não considera a palavra em si mesma como uma unidade de análise, pois de fato não há vocabulário que

pertença a um discurso; o que há é exploração semântica variada das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos. Ou seja, essas unidades são utilizadas em razão de suas virtualidades de sentido na língua em congruência com as restrições de um discurso. Assim, elas tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento, levando-se em conta seus efeitos de sentido (MAINGUENEAU, 2005).

As teorias pragmáticas, originalmente vindas da filosofia da linguagem e depois integradas aos estudos linguísticos, interessadas em atos de fala (AUSTIN, 1970), na conversação, na nova retórica (PERELMAN & OLBRECHT-TYTECA, 2005), entre outros pontos, têm em comum os sistemas culturais enquanto sistemas integrantes de comunicação. Sendo assim, as unidades lexicais são abordadas, ao explorarem-se os atos de fala, que são regidos por regras precisas e necessárias, partilhadas pelos membros de um mesmo grupo social – logo, certos termos ou expressões lexicais (e não outros) são esperados em determinados atos de fala; ao estudar-se a conversação, quando se observam, por exemplo, intenções, transgressões, marcas de regras conversacionais; e ao analisar-se a argumentação, quando se enfocam os recursos lexicais que entram na composição dos argumentos, objetivando, não um raciocínio lógico-matemático, mas a persuasão.

Os estudos que têm o léxico como foco principal são conduzidos no âmbito da lexicologia, da lexicografia e da terminologia, investigando-se suas relações com a cultura, a sociedade, o discurso e o texto. Com o processo de globalização, que incrementa as transações comerciais e uma série de intercâmbios científicos, tecnológicos e culturais, a preocupação com o estudo se amplia, atingindo não só os linguistas, mas também outros profissionais envolvidos com a linguagem: tradutores, intérpretes, documentalistas, redatores técnicos, lexicógrafos e terminógrafos (KRIEGER & FINATTO, 2004).

Os estudos das unidades lexicais que integram os usos linguísticos em geral, quer na modalidade falada quer na modalidade escrita da língua, são realizados pela lexicologia: seus processos de formação, sua distribuição, seu funcionamento nos discursos e textos, sua força argumentativa...

Em relação à terminologia, o avanço que se dá nesses estudos advém do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que requer novas denominações para as novas descobertas e invenções. É o chamado léxico dos saberes técnicos e científicos, ou léxico temático ou especializado, composto por ‘termos’, isto é, por unidades lexicais que funcionam em uma determinada área técnica ou científica. De acordo com a teoria comunicativa da terminologia, proposta por Cabré⁵ (apud KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 35), ao se considerar os aspectos comunicativos das linguagens especializadas, uma unidade lexical pode caracterizar-se como ‘termo’ em função de seu uso em um contexto e situação determinados. Sendo assim, o conteúdo de um termo não é fixo, mas relativo, variando conforme o cenário comunicativo em que se insere.

Considerando-se o estudo da lexicologia e o da terminologia, estabelece-se, assim, um tênue limite entre si. Dizemos “tênue”, tendo em vista que não se pode, a rigor, afirmar-se que os termos técnicos e científicos circunscrevem-se no âmbito das linguagens especializadas em que se encontram. Com a divulgação científica e técnica proporcionada pela mídia em geral e pela escola, o que antes era restrito a um determinado domínio técnico ou científico passa a fazer parte das situações

⁵ A teoria comunicativa da terminologia foi proposta por Maria Teresa Cabré e o grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona (Espanha), em oposição à teoria geral da terminologia, proposta, nos anos 70 do século XX, pelos pesquisadores das Escolas de Terminologia de Viena, Praga e Rússia, que preconizavam a padronização dos termos, desconsiderando o funcionamento efetivo das linguagens.

comunicativas cotidianas, tendo como base um registro linguístico informal. É o caso, por exemplo, dos termos que denominam os medicamentos destinados a curar males mais comuns: paracetamol, AAS podem ser considerados apenas como termos científicos? O fato de fazerem parte do nosso conhecimento cotidiano indica que constituem palavras do vocabulário comum, embora tenham se originado em uma área científica.

Esse movimento das unidades lexicais é ocasionado pelas relações estabelecidas entre os falantes de uma língua, para atender às suas necessidades comunicativas. Com isso, reforça-se a perspectiva de estudo do léxico, em seus usos e funções, intrinsecamente relacionado ao contexto sócio-histórico da sociedade.

O interesse em registrar, de forma sistematizada, as palavras que compõem o léxico, compilando-se, o mais detalhado que se possa, as informações fonético-fonológicas, morfossintáticas, semântico-pragmáticas, discursivas, sociais, culturais e outras, cabe à lexicografia, ao confeccionar glossários e dicionários (trabalho em desenvolvimento desde tempos anteriores à antiguidade clássica, como já foi citado, na nota 2). Esse trabalho, fruto de estudos e levantamentos de unidades lexicais, também se fundamenta no uso efetivo das palavras pelos falantes de uma língua. É assim que os exemplos, as abonações presentes nos verbetes são originárias de contextos sociais diversos. Se antes eram predominantemente retirados de obras literárias consagradas pela crítica, hoje provêm de variados domínios, tais como o jornalístico, o artístico, o técnico, o científico, o folclórico, o regional, além do literário. São reflexos de que o lexicógrafo procura construir seus conhecimentos integrados ao mundo da forma como o vê: sob a lente de seus valores, crenças e ideias.

Considerações finais

A constituição do léxico como objeto do conhecimento tem relação direta com o desenvolvimento da humanidade e com o ponto de vista sob o qual os seres humanos se veem e veem o mundo. É assim que ora as unidades lexicais são tomadas como a representação do pensamento ou das coisas (palavras como etiquetas, denominando as coisas de forma autônoma), ora como objeto de reconstituição das línguas (também uma visão autônoma da história das línguas), ora como marcas construídas pelos sujeitos em interação social, considerando-se o conjunto de ideias que move os grupos sociais em suas sucessivas épocas.

Mesmo resenhada de forma rápida neste artigo, podemos perceber a constituição do saber sobre o léxico, construído a partir de reflexões metalinguísticas, o que se configura como uma ideia linguística, no dizer de Aurox (1989).

Não desconhecemos a importância dos estudos autônomos do léxico, pois contribuíram com classificações e categorias ainda hoje utilizadas, mas concordamos com aqueles que o abordam em suas relações históricas, visto que vão interpretando o mundo que a humanidade aos poucos constroi e modifica todos os dias.

Referências

- ADAM, C. & TANNERY, P. **Descartes. Œuvres**. Paris: Léopold Cerf, 1897.
AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga, 1989, v.I.
AUSTIN, J.L. **Quand dire c'est faire**. Paris: Seuil, 1970.
BAKHTIN, M. / VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

- BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: A. Francke, 1950.
- BENVENISTE, E. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1978, v.II.
- BRÉAL, M. **Essai de sémantique**. Paris: Hachette, 1924.
- CAMARA, Jr., J. M. **História da linguística**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- COSERIU, E. Pour une sémantique diachronique structurale. **Travaux de linguistique et de littérature**, Strasbourg, v.II, n.1, 1964.
- DARMESTER, A. **La vie des mots**. Paris: Delagrave, 1946.
- DELESALLE, S. & GARY-PRIEUR, M.-N. Le lexique, entre la lexicologie et l'hypothèse lexicaliste. **Langue Française**, Paris, n.30, p. 4-33, 1976.
- DUBOIS, J. **Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872**. Introduction. Paris: Larousse, 1962.
- DU MARSAIS, **Des tropes**. Paris, s.e., 1775.
- FÁVERO, L. L. & MOLINA, M. A. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n.16, p. 131-146, 2004.
- GUIRAUD, P. Structures étymologiques du lexique français. Paris: Larousse, 1967.
- HALLIDAY, M. & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980.
- KRIEGER, M.G. & FINATTO, M.J. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.
- LITTRÉ, É. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: Hachette, 1863.
- LORENTE, M. Variació lèxica: de la idiosincràsia al tractament sistemàtic de la diversitat. **Caplletra**, Valencia, n.25, p. 83-98, 1998.
- LOCKE, J. Des mots. In **Essai philosophique concernant l'entendement humain**. 2.ed. Amsterdam, 1729, c.2.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.
- MALMBERG, B. **As novas tendências da linguística**. São Paulo: Nacional/Editora da USP, 1971.
- PERELMAN, C. & OLBRECHT-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PICOCHÉ, J. **Précis de lexicologie française**. Paris: Nathan, 1977.
- REY, A. **La Lexicologie**. Paris: Klincksiek, 1980.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- SAUSSURE, F.de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- VILELA, M. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Almedina, 1979.